



CONCEIÇÃO DO CASTELO

PREFEITURA

Estado do Espírito Santo

DECRETO Nº 3.473/2019

DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE MODELOS PADRONIZADOS NOS PEDIDOS DE ALTERAÇÃO DO OBJETO E DOS PRAZOS CONTRATUAIS E PARA PEDIDOS DE ADESÃO À ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, no Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e

- Considerando os termos do art. 15, § 7º da Lei nº 8.666/93;
- Considerando os termos do art. 3º da Lei nº 10.520/02;
- Considerando o disposto no art. 103, I, alínea "a" da Lei Orgânica do Município;
- Considerando a necessidade de padronização da instrução processual dos pedidos de contratações no âmbito do Poder Executivo Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído, na forma dos Anexos I, II e III deste Decreto, os modelos de pedido de alteração contratual para acréscimo ou supressão de objeto do contrato e para alteração de prazo de vigência do contrato, bem como, para os pedidos de adesão à Atas de Registros de Preços de terceiros.

§ 1º - Subordinam-se ao regime deste Decreto, todas as solicitações com as finalidades mencionadas no *caput* do presente artigo, feitos pelos diversos setores e secretarias municipais.



CONCEIÇÃO DO CASTELO

P R E F E I T U R A

Estado do Espírito Santo

§ 2º - As secretarias requisitantes deverão utilizar os modelos padronizados em anexo, de acordo com a pretensão e as peculiaridades de cada caso, observando-se os modelos específicos para cada situação e fazendo as adequações necessárias.

Art. 2º - A utilização dos anexos do presente Decreto não exclui a obrigatoriedade de instruir os processos com os demais documentos necessários, listados nos anexos II e III do presente decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Conceição do Castelo - ES, 05 de dezembro de 2019.



CHRISTIANO SPADETTO

Prefeito de Conceição do Castelo-ES



CONCEIÇÃO DO CASTELO

PREFEITURA

Estado do Espírito Santo

ANEXO I

MODELO DE PEDIDO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL/ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ofício/xxxx (sigla da secretaria) n.º XXXXX/ano

XXXXXXXX (O Encaminhamento deve ser para o prefeito)

- 1 – (OBJETO: Descrever de forma sucinta, precisa e clara o que se pretende (alteração do objeto/quantitativo/prazo contratual ou a adesão à Ata de Registro de Preço), bem como, descrever de forma sucinta, precisa e clara o objeto do contrato que se pretende alterar/aderir)
- 2 – (JUSTIFICATIVA: Registrar a justificativa minuciosa da necessidade da alteração contratual em cumprimento ao disposto no art. 57, § 2º da Lei de Licitações e Contratos ou da adesão à Ata de Registro de Preços, em detrimento de realização de certame próprio.
- 3 Apresentar ainda a justificativa e motivação suficiente e fundamentada quanto a manutenção das condições vantajosas do ajuste existente, bem como a justificativa e motivação quanto a vantajosidade em aderir a ata existente em detrimento de um novo procedimento licitatório.

Local e data.

Secretário da Pasta

Nome



CONCEIÇÃO DO CASTELO

PREFEITURA

Estado do Espírito Santo

ANEXO II

CHECK LIST

Adesão à Ata de Registro de Preços

Órgão/Entidade:

Processo nº: _____ Ata nº: _____

Adesão à Ata de Registro de Preços, ou "carona", consiste num mecanismo administrativo, que possibilita aos órgãos da Administração Pública, não participantes da licitação, fazerem contratações, obedecendo aos limites legais, por meio de preços registrados por outros órgãos ou entes, demonstrada a vantajosidade dos preços, conforme previsão legal das Leis Federais nº's: 8.666/93 e 10.520/02, Decretos Federais nºs. 7.892/13 c/c o Decreto Municipal nº 2.247/13.

Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.

Itens	EXIGÊNCIAS PARA FORMALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	S/N/NA	FOLHA
01	O processo foi devidamente autuado, protocolado e numerado? (Art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93)		
02	Solicitação da Secretaria Interessada contendo o objeto da contratação, valores estimados unitários e globais, fixação dos prazos e condições para fornecimento e aceitação? (Art. 14, <i>caput</i> da Lei nº 8.666/93)		
03	Consta a respectiva justificativa/motivação da vantajosidade da adesão?		
04	Consta consulta ao Órgão Gerenciador da Ata quanto à possibilidade de adesão e aceite, observando a descrição e quantitativos dos itens pretendidos? (Art. 22, § 1º, Decreto Federal nº 7.892/13 e art. 21, § 1º, Decreto Municipal no 2.247/13)		



CONCEIÇÃO DO CASTELO

P R E F E I T U R A

Estado do Espírito Santo

05	No documento de autorização do órgão gerenciador consta declaração de que a adesão não ultrapassará o limite permitido para cada ata? (Art. 22, § 4º, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Art. 21, § 4º, Decreto Municipal nº 2.247/2013).		
06	Consta o aceite do fornecedor, quanto à adesão da ata? (art. 22, § 2º do Dec. Federal nº 7.892/2013 e Art. 21, § 2º, Decreto Municipal nº 2.247/2013)		
07	Consta cópia integral do edital e seus anexos, devidamente assinados? (Art. 40, § 1º, Lei nº 8.666/93;).		
08	Consta cópia da Ata de Registro de Preços publicada na imprensa oficial? (Art. 14, Caput do Decreto Federal nº 7.892/13 e Art. 12, caput, do Decreto Municipal nº 2.247/2013)		
09	O edital da licitação para registro de preços prevê a possibilidade de adesão?		
10	Há previsão no edital de que o total de utilização de cada item não pode exceder ao quádruplo do quantitativo inicialmente registrado? (Art. 22, § 4º, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Art. 21, § 4º, do Decreto Municipal nº 2.247/2013)		
11	Consta ampla pesquisa de mercado efetuada na própria administração pública ou empresas do ramo, demonstrando a vantajosidade da adesão? Ou a justificativa plausível para a impossibilidade de sua obtenção? (Art. 15, inciso V, § 1º da Lei nº 8.666/93)		
12	Apresentação das certidões de regularidade fiscal: Certidão Negativa de Débitos Federais e Dívida Ativa da União Certidão Negativa de Débitos Estaduais do Estado do Espírito Santo Certidão Negativa de Débitos Estaduais do Estado de Origem da Empresa Certidão Negativa de Débitos Municipais do Município de Origem Certificado de Regularidade do FGTS Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial do		



CONCEIÇÃO DO CASTELO

PREFEITURA

Estado do Espírito Santo

	Estado do Espírito Santo		
13	Consta informação de Dotação Orçamentária?		

Assinatura do Servidor



CONCEIÇÃO DO CASTELO

PREFEITURA

Estado do Espírito Santo

ANEXO III

CHECK LIST

Alteração de Contrato

Órgão/Entidade: _____

Processo nº: _____

Contrato nº: _____ Período de vigência: _____

Alteração dos Contratos administrativos está prevista no artigo 65, *caput* da Lei nº 8.666/93, com as justificativas necessárias para as modificações.

Legenda: S = Sim; N = Não; NA = Não se Aplica.

Itens	Exigências para Formalização de Procedimentos para Alteração de Contrato	S/N/NA	Folha A
01	O processo foi devidamente autuado, protocolado e numerado? (Art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93)		
02	Consta a JUSTIFICATIVA da autoridade competente para alteração contratual? (Art. 57, § 2º c/c Art. 65, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93)		
03	No caso de prorrogação do prazo de vigência, consta manifestação do fiscal do contrato favoravelmente ao acréscimo de prazo contratual?		
04	Na hipótese de ACRÉSCIMO nas obras, serviços ou compras, há informação expressa do solicitante quanto ao atendimento ao limite legal (até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou, no caso de particular de reforma de edifício ou de equipamento, até 50% do valor inicial)? (Art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93)		
05	No caso de SUPRESSÃO nas obras, serviços ou compras, há informação expressa do solicitante quanto ao atendimento ao limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato? (Art. 65, §2º, inciso II da Lei nº 8.666/93)		
06	Na hipótese de alteração de cláusulas econômico-financeiras e monetárias, esta se deu com manifestação prévia de concordância do contratado? (Art. 58, §1º da Lei nº 8.666/93)		
07	Consta cópia do contrato e todos os termos aditivos, se houver?		



CONCEIÇÃO DO CASTELO

P R E F E I T U R A

Estado do Espírito Santo

08	No caso de prorrogação de prazo contratual, com fundamento no art. 57 da Lei de Licitações, consta comprovação de vantajosidade da manutenção do ajuste, através de pesquisa de preços? Consta a justificativa da impossibilidade de sua obtenção?		
09	No caso de prorrogação de prazo contratual com fundamento no art. 57 da Lei de Licitações, consta comprovação da manutenção das mesmas condições de habilitação exigidas na licitação - art. 55, inciso XIII, da Lei de Licitações e Contratos?		
10	Consta manifestação das partes no caso de haver interesse de prorrogação do contrato dentro do prazo vigente do contrato, para os casos de prorrogação contratual?		
11	Consta informação de Dotação Orçamentária?		

Assinatura e identificação do Servidor